

# **O ANEL DO IMPERADOR (1934), DE JOÃO DOS REIS GOMES.**

## **Uma releitura ficcional da História: Napoleão e a Madeira**

PAULO MIGUEL RODRIGUES

Universidade da Madeira

pmffr@uma.pt

### **Resumo**

*O Anel do Imperador* (1934) remete-nos - interligando-os - para dois momentos que associam Napoleão à Madeira: primeiro, a sua passagem pela baía do Funchal, em Agosto de 1815, a caminho do desterro. Esta foi, aliás, a única vez em que o imperador esteve em território português; um quarto de século mais tarde, em Julho de 1840, a passagem, pelo mesmo local, das fragatas francesas *La Belle Poule* e *Favorite*, que também se dirigiam a Santa Helena, sob o comando do Príncipe de Joinville, agora com a missão de transportar os restos mortais do antigo imperador de regresso a França. É a partir destes dois factos - e fazendo referência a algumas das personalidades históricas neles intervenientes - que a ficção e a História se cruzam na obra de João dos Reis Gomes.

### **Abstract**

The *Emperor's Ring* (1934) reminds us - linking them - two historic moments involving Napoleon and Madeira: first, his passage through the bay of Funchal, in August 1815, in his path to exile; a quarter century later, in July 1840, the passage at the same place, of the French frigates *La Belle Poule* and *Favorite*, also directed to St. Helena, under the command of the Prince of Joinville, now with the mission of transporting the former emperor's remains back to France. From these two facts - and referring to some of the historical personalities involved in them - fiction and history intersect in the work of João dos Reis Gomes.

**Palavras-chave:** Madeira, Napoleão, Reis Gomes, Anel, Salazar.

**Keywords:** Madeira, Napoleon, Reis Gomes, Ring, Salazar.

## 1. Breve Registo biográfico.

João dos Reis Gomes, nasceu na freguesia de São Pedro, no Funchal, a 5 de Janeiro de 1869<sup>1</sup> e faleceu aos 81 anos, a 21 de Janeiro de 1950, na Madeira, na sua casa na Quinta Esmeraldo, em São Martinho.

Frequentou o Liceu do Funchal e alistou-se, no início dos anos 90, como voluntário no Exército, no Regimento de Caçadores 12. Seguiu para Lisboa, onde concluiu os cursos das Escolas Politécnica e do Exército, tirando o diploma de engenheiro industrial. Promovido a Alferes, em Dezembro de 1892, pertenceu desde então, até 1917, ao quadro de arma de artilharia. Entretanto, em 1900, na Madeira, iniciou uma carreira no ensino secundário, na área das Ciências, como professor provisório do Liceu. Passou à reserva, no posto de major, a 31 de Março de 1917. Ainda assim, até Junho de 1919, continuou em comissões de serviço, como inspector do material de guerra e como comandante de Artilharia da Madeira.

Manteve-se em funções no Liceu do Funchal até 1928, tendo de se retirar por incompatibilidade legal com o cargo de professor efectivo do ensino técnico da Escola Industrial, da qual era director e onde se manteve até 1939<sup>2</sup>.

Em Dezembro de 1922, fez parte do grupo que promoveu e orientou as festas do 5º Centenário da Descoberta da Madeira. Na sequência deste envolvimento, aliás, Reis Gomes será integrado, por Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz, no chamado “*Grupo do Centenário*”<sup>3</sup>.

Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, sócio de honra da Federação das Academias de Letras do Brasil, vogal do Instituto de Portugal (antiga Academia de Portugal) e sócio correspondente da Sociedade de História de Portugal.

Quanto à sua intensa e prolongada actividade jornalística, destaque-se que foi director do *Heraldo da Madeira* (entre 1905 a 1915) e do *Diário da Madeira* (entre 1916 a 1940), dois dos principais periódicos madeirenses da época. Além dos textos publicados nestes órgãos da imprensa, também colaborou em outras publicações, do continente, como foram os casos d’*O Dia*, d’*O Século* e da revista *Serões*.

Deixou, por outro lado, uma interessante obra literária, em particular ligada à ficção, ao teatro e à dramaturgia, tendo escrito ensaios (sobre filosofia e arte), contos, literatura de viagem e sobre diversos temas relacionados com a Madeira. Estamos, portanto, perante um intelectual multifacetado, que para além de oficial do exército e de engenheiro industrial, foi

---

<sup>1</sup> João dos Reis Gomes (JRG) era filho de João Gomes Bento e D. Maria Gertrudes de Castro Gomes Bento.

<sup>2</sup> Ao deixar o seu cargo no Liceu, foi-lhe prestada uma consagração pública, a 15 de Julho de 1928, que constou de uma sessão solene no salão nobre do Teatro Municipal do Funchal, com a presença das autoridades, durante a qual foi lida uma mensagem dos seus antigos alunos e descerrada uma lápide de mármore com o seu nome e aquela data.

<sup>3</sup> Visconde do Porto da Cruz (III vol., 1953: 7).

também professor, crítico, filósofo de arte e escritor. Nas linhas que se seguem interessar-nos-á apenas esta última vertente.

No *Elucidário Madeirense*, Reis Gomes aparece comparado a Ramalho Ortigão e a Fialho de Almeida, pela ironia e sátira, sendo apresentado também, “sem contestação”, como o mais distinto escritor e jornalista madeirense, considerado, por muitos, como o primeiro crítico de teatro do nosso país, cujos textos são apontados como “verdadeiras obras-primas”, votadas ao “esquecimento”<sup>4</sup>.

Entre os títulos publicados — contámos 24 — podem destacar-se, por ordem cronológica:

- o seu primeiro livro publicado, *O Teatro e o actor: Esboço filosófico da arte de representar*, Funchal, Heraldo da Madeira, 1905;

- *A filha do Tristão das Damas: Novela madeirense*, Funchal, Heraldo da Madeira, 1909 (passada ao teatro com nome de *D. Guiomar: romance histórico madeirense*, 2ª ed., Junta Geral Distrito Autónomo, 1946);

- *D. Guiomar Teixeira: fórmula teatral distribuída em quatro actos e cinco quadros, dada a acção da novela*, Funchal, Heraldo do Funchal, 1914;

- *A música e o teatro: esboço filosófico*, Lisboa, Editora de A.M. Teixeira, 1919;

- *Acústica fisiológica: A voz e o ouvido musical*. Lisboa, Livraria Clássica Editora de A.M Teixeira & Cª, 1922;

- *Portugal - Brasil: alocução produzida no banquete oferecido no dia 20 de Junho de 1922 pelo ilustre cônsul do Brasil, ex.mo Sr. Dr. Amintas de Lima, às autoridades madeirenses, imprensa e comissão dos festejos em honra dos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral*. Funchal: Tipografia Esperança, 1922;

- *Forças psíquicas: ensaio filosófico*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A.M Teixeira & Cª, 1925;

- *O belo natural e artístico: definição da obra de arte: breve ensaio filosófico*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira & Cª, 1928;

- *Através de França, Suíça e Itália: Diário de viagem*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A.M Teixeira & Cª, [1929];

- *Três capitais de Espanha, Burgos, Toledo e Sevilha*. Funchal: Diário da Madeira, 1931;

- *D. Guiomar Teixeira: peça em quatro actos e cinco quadros introduzindo o cinema fundido com a acção*, 3ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1932;

- *O anel do imperador: Napoleão e a Madeira*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1934;

---

<sup>4</sup> Fernando Augusto da Silva e Carlos Meneses, *Elucidário Madeirense* (vol. III, 1966: 178-179).

- *Natais: Contos e Narrativas*. Funchal: Diário da Madeira, 1935;
- *O vinho da Madeira: Como se prepara um néctar*, Funchal, Delegação de Turismo, 1937;
- *Casas madeirenses*, Funchal, Diário da Madeira, 1937;
- *O cavaleiro de Santa Catarina: de Varna à Ilha da Madeira*, sl, sn, 1941;
- *A lenda de Lorely contada por um latino*. Funchal, sn, 1948;
- *Através da Alemanha: notas de viagem*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, [1949];

Por fim, para completar esta breve nota biográfica, não será despiendo referir que Reis Gomes merece também um lugar de destaque na cinematografia portuguesa - e na madeirense em particular - pois terá sido o primeiro a realizar, em Portugal, a projecção de uma película em simultâneo com uma peça de teatro. Isto verificou-se com a peça *D. Guiomar Teixeira*, cuja estreia se deu, com muito êxito, no Funchal, em Junho de 1913, e na qual, numa cena passada no Norte de África, no 4º acto, onde se simulava uma batalha entre cristãos e mouros, Reis Gomes faz projectar imagens em fundo, usando parte do filme *O Cerco de Safi*, também realizado na Madeira, em Maio de 1913, por André Valldaura<sup>5</sup>.

## 2. *O Anel do Imperador (Napoleão e a Madeira)*, 1934.

O romance histórico *O Anel do Imperador (Napoleão e a Madeira)*, publicado em Lisboa, pela Livraria Clássica Editora, em Outubro de 1934 - tinha então o seu autor 65 anos - começou por ser uma memória romanceada, com o título de “Napoleão e a Madeira”, lida a 18 de Janeiro de 1934 na Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa. A este respeito, aliás, foi tomada a decisão, por unanimidade, de que o texto fosse publicado na colecção ‘Memórias’ da Academia, o que nunca se concretizou, acabando assim por ser composto e impresso nas oficinas do *Diário da Madeira*, no Funchal<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> A peça *D. Guiomar Teixeira* era a adaptação ao teatro do romance histórico *A filha do Tristão das Damas*, publicado em 1909, estreou a 28 de Junho de 1913, no então Teatro Funchalense (antes D. Maria Pia e actual Bartolomeu Dias). A película tinha apenas 10m e tinha sido rodada na Madeira a 25 de Maio de 1913, fazendo uso de quadros da Companhia Cinematográfica de Portugal. Tudo indica que terá sido o primeiro filme de ficção realizado na Madeira. O filme nunca foi comercializado. Na época levantaram-se algumas vozes críticas, contra a junção entre teatro e cinema, acusando este de perverter a linguagem teatral e a provocar a sua decadência. Aqui a título de curiosidade, refira-se que a primeira exibição cinematográfica na Madeira ocorreu no Teatro D. Maria Pia, a 15 de Maio de 1897. Esta primeira sessão contou com um programa de 12 curtas-metragens, que tinham sido adquiridas pelo empresário João Anacleto Rodrigues (1869-1948) ao inventor Joly-Normandin, na altura em que lhe comprara o aparelho que as devia reproduzir. Entre Maio e Julho tiveram lugar cerca de 20 sessões no cinematógrafo, contando já com nova encomenda de filmes, que mais tarde serviriam para uma digressão às Canárias e aos Açores, entre Julho e Novembro do mesmo ano.

<sup>6</sup> Tivemos acesso a dois exemplares da obra, um sem qualquer dedicatória e um outro dedicado pelo autor “ao meu velho e prezado amigo, Rev.<sup>do</sup> P.<sup>e</sup> Jacinto da Conceição Nunes, com alto apreço e estima, ag.<sup>cen</sup>”, a quem foi oferecido no Funchal, a 18/X/1934.

De tudo isto deram então conta os principais periódicos do Funchal - *Diário de Notícias*, *O Povo* e, claro, o *Diário da Madeira* - assim como alguns de Lisboa - *Primeiro de Janeiro*, *Jornal de Notícias*, *Novidades*, *Diário da Manhã* - e do Porto - *Comércio do Porto*<sup>7</sup>.

O livro está subdividido em quatro capítulos:

- o primeiro, "A caminho do exílio", pp. 29-48;
- o segundo, "O guerreiro e o homem", pp. 49-59;
- o terceiro, "Amor sentimental", pp. 60-100;
- o quarto, "O segredo de Bertrand", pp. 101-132.

A linearidade discursiva é apenas interrompida quando, no capítulo segundo, se procede a uma analepse, para relatar os "grandes" feitos, políticos e militares, de Napoleão, assim como as suas desventuras pessoais e amorosas.

Do texto, apresentado como *memória romanceada* (memória histórica, entenda-se), então se disse, nos jornais, que, sobretudo nos dois últimos capítulos, atingia uma "tal vibração, tão interesse, tanto movimento, tanta vida e tanto sentido do real", que bem se podia classificar como uma "linda e emotiva novela histórica"<sup>8</sup>.

O autor, mais modesto, apresenta o seu trabalho como um "casto idílio" de uma "mera tradição romântica", aproveitando esta declaração para introduzir o leitor num texto que assim definido podia ser interpretado como um relato que ia de um amor simples e puro ao sonho e à utopia, mas sem nunca revelar onde começava um e principiava o outro<sup>9</sup>.

Não pretendemos analisar ou julgar o valor literário da obra, até porque nos faltam conhecimentos nesse campo. A este respeito, tendo em conta a perspectiva histórica - aquela que mais nos interessa -, basta-nos ter conhecimento da relevância que os coevos atribuíram ao texto e do teor da recepção que o livro teve nos meios literários. Mas este também não é o nosso objecto de estudo, pois o que pretendemos são apenas duas coisas:

- recuperar um texto que continua a ser desconhecido de muitos e, com isso, distinguir, na narrativa, os factos históricos da ficção. Isto permitir-nos-á contribuir para um melhor conhecimento da realidade histórica madeirense da primeira metade do século XIX e até, eventualmente, da imagem de Napoleão em Portugal;

- depois, centrando a nossa atenção na construção da imagem de Napoleão feita por Reis Gomes e articulando-a com a realidade portuguesa de finais dos anos Vinte e de início

---

<sup>7</sup> A leitura devia ter sido feita por Júlio Dantas, então presidente da Academia das Ciências, que não o pode fazer por "impedimento de saúde". O texto foi lido pelo sócio efectivo Pedro Gois Pita. A sessão foi presidida pelo general [José Justino] Teixeira Botelho (1864-1956), vice-presidente da Classe, secretariado por Joaquim Leitão (1875-1956).

<sup>8</sup> *Diário da Madeira*, 23/1/1934, citando o *Novidades* de 19/1/1934.

<sup>9</sup> *O Anel do Imperador*, p. 6.

dos anos Trinta do século XX, analisar as (eventuais) motivações políticas que lhe estão subjacentes.

Neste quadro, interessa começar por dizer que *O Anel do Imperador* (1934) remete-nos - interligando-os - para dois momentos que associam Napoleão à Madeira:

- primeiro, a sua passagem pela baía do Funchal, a bordo da fragata britânica *Northumberland*, entre 22 e 24 de Agosto de 1815, a caminho do desterro na Ilha de Santa Helena. Esta foi, aliás, a única vez em que o imperador esteve em território português - ou nas suas águas, se preferirmos - acontecimento relatado em várias fontes<sup>10</sup>;

- depois, um quarto de século mais tarde, em Julho de 1840, a passagem, pelo mesmo local, das fragatas francesas *La Belle Poule* e *Favorite*, que também se dirigiam a Santa Helena, sob o comando do Príncipe de Joinville<sup>11</sup>, com a missão de transportar os restos mortais de Napoleão de regresso a França (como veio a suceder, sendo o seu corpo trasladado para os *Inválidos*);

É a partir destes dois factos históricos - e fazendo referência a algumas das personalidades históricas neles intervenientes - que a ficção e a História se vão cruzar na narrativa. E estamos conscientes de que uma ficção não significa, por natureza, uma invenção meramente ilusória. Como nos recorda Luís Reis Torgal, «ficção» significa

---

<sup>10</sup> As memórias de Las Cases, *Mémorial de Sainte Hélène*, Paris, Editions Garnier Frère, 1961 (texto fixado, com introdução, biografia e notas de André Fugier); O diário de George Cockburn, publicado em 1833; O diário de viagem de M.J.R. Glover, secretário do contra-Almirante G. Cockburn (1815), foi dos textos mais utilizados, tendo sido editado em inglês e francês: *Napoleon's last voyages, being the diaries of (...) John R. Glover, secretary to Rear Admiral Cockburn (on board the "Northumberland")*, Londres, T. Fisher Unwin, 1906. Este texto tinha sido publicado pela primeira vez em Out-Nov. 1893, na *The Century illustrated monthly magazine* (Londres), sob o título "Taking Napoleon to Saint-Helena". Em 1895 houve uma nova edição comentada por J. Holland Rose e publicada pela Unwin (Londres), com o título *Napoleon's last voyages, being the diaries Admiral Sir Thomas Ussher, R.N., K.C.B. (on board the 'Undaunted') and John R. Glover, secretary to Rear Admiral Cockburn (on board the 'Northumberland')*. Foi este o trabalho republicado em 1906 e publicado pela primeira vez nos EUA (NY, Scribner and sons).

Em língua francesa: no *Journal des débats* (Paris), 1893, sob o título "Narration d'un voyage à Sainte-Hélène ou Déportation de Napoléon à Sainte-Hélène. Récit d'un voyage à Sainte-Hélène, se rapportant principalement aux actions et aux entretiens de Bonaparte, jadis le fléau de l'humanité, et maintenant le détenu de la nation dont la destruction avait été pendant de longues années le but essentiel de son activité"; Em Henry Borjane, *Napoléon à bord du 'Northumberland'* (Plon, 1936), que reúne relatos de vários testemunhos oculares da viagem até Santa Helena, o relato de Glover é publicado com o título "Journal de bord du secrétaire de l'amiral Cockburn par J.R. Glover"; Extractos do diário foram também publicados em J. de Pougins-Roquefort, *Napoléon prisonnier vu par les Anglais*, Tallandier, 1978. Este livro foi republicado em 2002, pelo mesmo editor, na colecção Bibliothèque napoléonienne.

Na Madeira, para além dos excertos e transcrições existentes no *Elucidário*, refira-se também H. A. Newel, que usou o relato de Glover em *The English Church in Madeira* (1931).

Outras obras com referência à passagem pela Madeira foram: *Napoléon a Bord du «Belléophon»*. *Souvenirs du Capitain de Vaisseau F.L. Maitland et de l'aspirant de Marine George Home*, Paris, Librairie Plon, 1934; *Napoléon a Bord du Northumberland. Témoignages réunis et traduits par Henry Borjane*, Paris, Plon, 1936 (cita os diários de M.J.R. Glover, G. Cockburn e do coronel G.R. Bingham, que comandava o 53º de Infantaria, que ia reforçar guarnição de Santa Helena); Gaspard Gourgaud, *Sainte Hélène. Journal inédit de 1815 à 1818*, 2 vols., Paris, Flammarion, 1899; Albine-Hélène de Vassal Montholon, *Souvenirs de Sainte-Hélène (1815-1816)*, Paris, Emil-Paul, 1901; Charles-François Tristan de Montholon, *Récits de la captivité de l'Empereur Napoléon à Sainte Hélène*, 2 vols., Paris, Paulin, 1847. Nos relatos, em particular britânicos, Napoleão Bonaparte não sabia, por exemplo, a quem pertencia o arquipélago da Madeira, algo que dificilmente se pode considerar verdade. Cf. Rodrigues (1999).

<sup>11</sup> François Ferdinand Philippe Louis Marie d'Orléans, príncipe de Joinville (1818-1900): era filho de Luís Filipe, duque de Orleães, rei de França entre 1830 e 1848.

etimologicamente a «arte de modelar», e a história é também, nesse sentido, «ficcional». A realidade total - esta sim - é que é, para nós, uma «ficção» (Torgal, 2009<sup>a</sup>: 13-14).

## 2.1. A urdidura...

Na narrativa, o *leitmotiv* - que Reis Gomes começa por acrescentar ao efectivo encontro/entrevista do cônsul britânico, o escocês Henry Veitch, com Napoleão e, anos mais tarde, também ao baile comemorativo realizado no Funchal, aquando da missão de Joinville - é a presença de uma formosa e muito culta mulher, Isabel de S..., uma vibrante e atenta seguidora da epopeia napoleónica, graças às leituras que na Ilha realizara. Quase todo o enredo se desenvolve em torno desta misteriosa figura feminina e dos afectos gerados entre ela e o ex-imperador.

A sua presença é justificada por dois motivos: 1. O cônsul a ela recorrera para aconselhamento e escolha dos livros a entregar a Napoleão; 2. A jovem Isabel de S..., sabendo da presença do ex-imperador na baía, insistira de tal forma com o seu padrinho, o coronel de artilharia madeirense, já reformado, Joaquim Nunes de Azevedo, que conhecia o cônsul, que ambos não tiveram argumentos para a contrariar. Como nos diz o autor, tratava-se de uma “admiração comovida”, sem paralelo ou parecença com a das mulheres que tinham “atravessado a vida do imperador dos franceses”<sup>12</sup>.

A urdidura assenta, portanto, tanto em factos históricos e documentados, como numa tradição oral, “embora descosida e incerta, contraditória às vezes, nalguns episódios”, que então persistiam na literatura oral madeirense e de que hoje, aliás, ainda há memória. O que pretendeu Reis Gomes foi pegar em tudo isto, unir os (dois) pontos fixos (a efectiva passagem pelo Funchal das duas esquadras britânicas), esclarecer e firmar a história, “dar-lhe lógica, corpo e vida”. Se a *bordou* (a expressão é do próprio) para a tornar mais atraente? “Talvez”, responde, embora acrescentando que só o fizera com o intuito de “preencher certas lacunas para que a História não chegava” (*O Anel ...*: 7).

De resto, tudo só começa, verdadeiramente, no capítulo terceiro (p. 69), na sequência da chegada à baía do Funchal, a 22/23 de Agosto de 1815, da divisão naval que, sob o comando do contra-almirante George Cockburn, conduzia Napoleão a Santa Helena, a bordo da nau *Northumberland*. Sabe-se que todos os navios fundearam, excepto a referida nau almirante, por ter instruções do Almirantado para o não fazer, ficando por isso a singrar ao largo da cidade<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> DM, 23/1/1934. “Desde a grosseira crioula [Josefina de Beauharnais] em cuja frente ele mesmo colocara em Notre Dame a coroa de imperatriz (1804) até à insignificante austríaca [princesa Maria Luísa de Áustria, em 1810]”.

<sup>13</sup> A divisão naval era formada por mais nove navios, para além da nau almirante: as fragatas *Havannah*, *Ceylon* e *Bucephalus* e pelos brigues *Peruviana*, *Zephiro*, *Zenobia*, *Ferrol*, *Icarus* e *Redpole*. A esquadra era comandada

A comitiva do ex-imperador era composta pelo general Henri-Gratien Bertrand, esposa e filhos; o Conde Emmanuel de Las Cases e família; os generais Marquês de Montholon (Charles Tristan) e Gaspar Gourgaud (Barão Gourgaud), contando-se ainda um capitão de marinha, dois ajudantes e alguns criados.

Segundo o relato de Las Cases, ao passarem entre o Porto Santo e as Desertas, o médico da *Northumberland* fizera notar as semelhanças que encontrava entre as Desertas e as *rochas nuas e escalvadas* de Santa Helena. Ainda de acordo com este relato, Napoleão, na tolda da nau, olhava absorto as ravinas escarpadas daquelas ilhas *desertas*, no momento em que o Conde se aproximou e lhe comunicou a observação do médico. Segundo Las Cases, Napoleão nada disse, esboçando apenas um ligeiro sorriso e encolhendo desdenhosamente os ombros.

Não deixa de ser curioso verificar que ainda hoje esta perspectiva se mantém verdadeira, pois as Desertas não têm qualquer arborização, ao contrário do que sucede com a Madeira. No fundo, aquilo que tanto o médico, como Las Cases insinuavam era que, por alguns momentos, Napoleão via os seus dois mundos: aquele em que vivera, quase paradisíaco (ou pelo menos aparentemente paradisíaco) e aquele para onde ia, desértico e nu.

O navio que conduzia o imperador, para além de não dever fundear ou tocar em porto algum durante a sua derrota, também não devia permitir a subida a bordo de qualquer pessoa estranha à sua equipagem. Sabe-se, no entanto, que o cônsul britânico Veitch (em funções na Madeira desde 1809), amigo de Cockburn, subiu pelo menos uma vez a bordo<sup>14</sup>.

---

pelo então contra-almirante George Cockburn e conduzia o regimento n.º 53 de infantaria inglesa, que ficaria de guarnição em Santa Helena.

<sup>14</sup> No *Elucidário* (1965, vol. II: 402-403) afirma-se que “o cônsul inglês na Madeira, Henrique Veitch, soubera previamente da passagem de Napoleão pela Madeira e logo tomara a resolução de empregar todas as diligências para conseguir vê-lo e falar-lhe. Apesar do estado do mar e da distância a que a *Northumberland* se achava da terra, conseguiu abordar o navio e falar ao [contra]almirante Cockburn, de quem era amigo pessoal e a quem expôs o grande desejo que nutria de saudar o vencedor de Austerlitz e de Marengo. Pretendeu o almirante dissuadir Veitch de qualquer tentativa nesse sentido, com o pretexto de que Napoleão se tornara em extremo irascível e até intratável, ainda mesmo para com as pessoas da sua própria comitiva.

Quis a boa fortuna do cônsul inglês que naquele momento aparecesse um dos ajudantes de Bonaparte, a quem Veitch foi apresentado e a quem logo disse que desejava ardentemente dirigir as suas mais respeitadas saudações a Sua Majestade Imperial. Era a primeira vez que a bordo da *Northumberland* se proferia o tratamento de majestade dirigido ao imperador, pois que só era permitido trata-lo pelo simples nome de general Bonaparte. Parece que foi este o talismã que quebrou o encantamento e levou Veitch á presença de Napoleão. Recebeu afavelmente o representante da Inglaterra na Madeira e, ao oferecimento que este fizera dos seus serviços, respondeu que lhe seria muito agradável a remessa de alguns livros e de frutas desta formosa ilha. Henrique Veitch correspondeu gentilmente aos desejos de Napoleão, enviando-lhe uma magnífica oferta de frutas, doces e vinhos velhos. Tendo o imperador enviado ao cônsul alguns *napoleões* em ouro, destinados ao pagamento do bote que conduzira os refrescos a bordo, conta a tradição que Veitch os lançara na pedra angular da igreja anglicana na rua da Bela Vista [inaugurada em 1822], ao abrir-se o alicerce para a construção daquele templo.” No *Elucidário* não constam quaisquer referências às fontes, mas tudo indica que terão sido os relatos e as memórias que já deixámos referenciámos na nota 8, para além da habitual e reconhecida tendência dos seus autores para a efabulação. Reis Gomes, dito pelo próprio, viu neste relato o ponto de partida para a sua narrativa.



Reis Gomes aproveita este facto histórico para deduzir a realização de uma segunda visita do cônsul a bordo, esta com o intuito de entregar pessoalmente os mantimentos que lhe tinham sido encomendados (vinho, frutas, vegetais e água)<sup>15</sup>. A este respeito, também se sabe que os navios foram abastecidos - como era habitual com todos aqueles que paravam no porto - mas não há qualquer referência a uma segunda visita de Veitch, algo que, aliás, nem seria usual, mas que a verificar-se não poderia ter deixado de ficar registada. Mais: é pouco provável que tivesse ocorrido uma segunda visita, tendo em conta as condições de acesso a bordo, uma vez que o navio estava algo afastado da costa e que todos os relatos coincidem em afirmar que o mar estava revolto, fazendo-se sentir também o conhecido *vento Leste*, quadro climatérico geral que o povo atribuía, aliás, à presença de Napoleão<sup>16</sup>.

Por outro lado, Reis Gomes faz referência à entrega de *doces e livros*. Não existindo registos históricos que confirmem os primeiros e uma vez que em relação aos segundos só alguns relatos os mencionam, pode deduzir-se que, pela especificidade do(s) produto(s) em causa, o autor procurava dar verosimilhança à segunda visita de Veitch: os doces seriam feitos pelas freiras de Santa Clara, que já tinham tradição e fama nessa área; quanto aos livros, “certamente de poetas italianos e franceses”, ou outros que pudessem ter interesse para Napoleão, só se poderiam encontrar em determinadas casas de famílias madeirenses<sup>17</sup>.

Porquê então esta necessidade? Porque era imperioso, para mergulhar na ficção - *preencher as tais lacunas* - pois foi exactamente nesta segunda visita, não por acaso realizada ao cair do sol, “afim de não dar nas vistas”, que também subiu a bordo a jovem e bela madeirense Isabel - associada aos doces e aos livros - “de dezassete anos em flor e bem-nascida”, “alta, elegante, de correctíssimo perfil, boca breve e olhos negros”, com um “rosto oval, moreno-mate”, “calma”, com a “doçura duma bela virgem de Dolci”<sup>18</sup>, “formosa”, mas de “penteado simples”, de “espírito romântico” e “culto”, a quem “eram familiares os

---

<sup>15</sup> *Elucidário Madeirense* (idem). Entre as provisões recebidas contavam-se “laranjas não maduras, maus pêssegos, peras sem gosto e uvas excelentes”.

<sup>16</sup> O dia 23 de Agosto foi de um calor tão intenso como não havia memória entre os moradores desta ilha. Era o conhecido leste, que desta vez vinha acompanhado dum violento temporal. O povo na sua supersticiosa ingenuidade, atribuía o fenómeno atmosférico á passagem de Napoleão. O Átila, que assolara a Europa á frente dos seus invencíveis exércitos, apesar de prisioneiro e despojado de todo o seu poderio e grandeza, fizera ainda desencadear a rija ventania, que entre nós causara tantos prejuízos á agricultura e danificara muitos edificios e casas de habitação. O mar agitara-se e foi difícil a comunicação com os navios da esquadra. Diz uma testemunha presencial que o vento era forte, a vaga muito grossa e que por isso o imperador passara bastante incomodado. *Elucidário Madeirense* (1965, vol. II: 402-403).

<sup>17</sup> *O Anel ...*: 77. JRG indica que os livros saíram das bibliotecas de Isabel e do seu padrinho, Azevedo.

<sup>18</sup> Carlo Dolci (Florença, 1616 - Florença, 1686): pintor do séc. XVII, com temas religiosos e composição barroca. Convém acrescentar, no entanto, que Dolci também retratou “Maria Madalena”... Ora, como se sabe, em Lucas 8:2, faz-se menção, pela primeira vez, de “Maria, chamada Madalena, da qual saíram sete demónios” (os sete pecados capitais: Luxúria, Ódio, Cobiça, Avareza, Orgulho, Gula e Preguiça). Não há qualquer fundamento bíblico para considerá-la como a prostituta arrependida dos pecados que pediu perdão a Cristo; também não há nenhuma menção de que tenha sido prostituta. Este episódio é frequentemente identificado com o relato de Lucas 7:36-50, ainda que não seja referido o nome da mulher em causa.

poetas do renascimento” e que sabia falar inglês e italiano, para além do francês, sendo também harpista e pintora<sup>19</sup>.

A jovem, que guardava no seu quarto dois retratos de Napoleão (cópias de quadros de Gérard e de Isabey)<sup>20</sup>, objecto de “admiração e estima”, senão mesmo de culto, e para quem a “epopeia napoleónica aparecia como página de poesia heróica”, subiu a bordo acompanhada pelo cônsul Veitch - que os marinheiros terão porventura considerado acompanhado de sua filha (observação que até poderá ser algo sarcástica, sabendo-se dos boatos que circulavam sobre a vida íntima de Veitch...) - e pelo seu padrinho, o já referido coronel Joaquim de Azevedo, a quem, recorde-se, pedira para interceder junto do cônsul.

A jovem Isabel estava disposta, portanto, a enfrentar o mau tempo no mar, para poder encontrar-se com o seu herói e entregar-lhe os doces e os livros, até porque logo se predispôs a procurar “a leitura que melhor consolar[ia] esse grande coração tão cruelmente ferido”. Mas não só: também pretendia entregar-lhe (a Napoleão) uma coisa “muito minha [sua] que ainda ninguém viu [vira]”, mas que pretendia fazê-lo com as suas próprias mãos (*O Anel ...*: 75-76). Reis Gomes nunca revela o nome completo de Isabel, justificando-o “por ainda existirem na Madeira ramos dessa família”, embora deixe várias pistas<sup>21</sup>.

Entre estas, a mais relevante talvez se encontre no diálogo que a jovem manteve a bordo com Napoleão, em particular quando este faz referência a Isabel ter um *apelido florentino*, o qual, aliás, lhe desperta curiosidade, ao ponto de sugerir que até podiam ser primos, por uma ligação que remontava ao séc. XV. Isto leva-nos a colocar a hipótese, não mais do que isso, de se tratar, eventualmente, de Isabel de Sauvaire, tendo até em conta que os primeiros Sauvaire de que há registo na Madeira eram naturais de Marselha<sup>22</sup>.

## 2.2. O encontro...

Só a Isabel de S... e a Veitch foi dada autorização para falar com Napoleão, pois o coronel Azevedo teve de se resignar ao convívio com Montholon, Gourgaud e Las Cases, aos quais depois se juntou Bertrand.

No início do encontro, quando ainda não tinham cruzado olhares, Napoleão adoptou a sua (típica) “atitude de soberano”, mantendo-se ela de “olhos baixos”. Mas quando se encontraram, Isabel - garante o autor/narrador - “batia as pálpebras como se, de súbito, houvesse encarado o sol”; ele,

---

<sup>19</sup> Dotes que JRG atribui em grande parte à mãe, viúva, instruída em França e com quem ela vivia no bairro do Socorro. Não tinham problemas financeiros.

<sup>20</sup> François Pascal Simon, Baron Gérard (12/3/1770 - 11/1/1837): pintor francês, nascido em Roma, filho de mãe italiana e cujo pai desempenhava funções na casa do embaixador francês; Jean Baptiste Isabey (11/4/1767 - 18/4/1855): pintor francês, nascido em Nancy.

<sup>21</sup> *DM*, 23/1/1934, p. 1 (p. 70).

<sup>22</sup> A ligação remontaria ao séc. XV através de um ramo dos Buona Parte de Florença com os de Ajaccio, um avô de Napoleão. O ex-imperador teria dito, inclusive, recordar-se de um retrato da sua avó florentina com quem se pareceria Isabel. Quanto à presença do apelido Sauvaire na Madeira, cf. Luiz Peter Clode, *Registo Genealógico das Famílias que passaram à Madeira* (1952).

ficou “perplexo”, de tal forma que, “a custo, com a voz presa, tão longe do tom habitual, dominador e vibrante”, só conseguiu murmurar um breve agradecimento (pelos livros). A partir de daí, manteve os seus olhos sempre bem abertos, mas já sem “aquele brilho de aço”, que lhe denunciava enfado ou irritação. Na verdade, estava em “êxtase”, sem conseguir despregar os olhos do rosto de Isabel (*O Anel ...*: 81-82).

Aquela beleza, “morena e moça” e “casta como uma deusa”, emergia em claro contraste com as “loiras coquetas (sic)”, que por “ambição ou vaidade” lhe haviam “embriagado os sentidos” (*Ibid.*: 83). Até na comparação com as *outras*, se verifica um forte erotismo, uma vincada sensualidade, até um certo um pendor lascivo na narrativa. Porque aquela Isabel de S... não era picante, provocadora, mentirosa, corredora de aventuras, não era “um fruto já sorvado (sic) que ele [Napoleão] havia mordido, em delírio” (como havia sucedido com a sua preferida, Josefina), não era uma adúltera (*Ibid.*: 83-84).

Ora, Isabel - a portuguesa, a *mulher portuguesa* - era o contrário de tudo isto, ao ponto, aliás, de logo merecer de Napoleão o que “raras” lhe haviam merecido: o respeito. Afinal, Napoleão revelava-se um sentimental e a este respeito Reis Gomes vai socorrer-se claramente da imagem que a segunda metade do séc. XIX (Masson) e o primeiro quartel do XX (Bainville) haviam construído do imperador dos franceses: “fora da guerra e da política, o sentimentalismo era o mais nítido traço daquele temperamento”<sup>23</sup>.

Isabel era uma “nova espécie de beleza”, isto é, “simples e dum ar quase infantil”, que corava, para logo se tornar pálida, mas havendo sempre nela “um quer que fosse superior e espiritual” que de todo dominou o antigo imperador. Era, já se vê, mais uma vez, uma *beleza portuguesa*, era a *mulher portuguesa* que Reis Gomes ali construía e apresentava, diferente e superior a todas as outras.

Assim, se as mulheres que tinham sido, para “aquele génio”, um “espectáculo de ingratidão e de inferioridade, sem coração”, na hora da derrota era um coração de mulher que se lhe deparava, o coração de uma portuguesa, “indubitavelmente sincero”. Daí a exclamação “felizes avôs”, que tivera Napoleão, mas apenas para depois acrescentar, lamentando, que para ele tudo “chega[ava] tarde”<sup>24</sup>.

É Isabel que oferece os livros e os doces, que o Imperador agradece, mas prefere enaltecer que o “brinde inestimável” que na verdade recebera fora a presença de tão bela criatura junto dele. Seria a imagem dela, garantiu, “a mais querida companheira no [seu] cruel fim de vida”, um verdadeiro “bálsamo”.

Ficamos assim, “levantado o véu”, perante uma mulher “aturdida”, que pretendia entregar o “mimo que pessoalmente deseja[va] passar às mãos de Vossa Majestade”: num papel de linho, escrito à pena, o manuscrito de uma Ode por ela composta e consagrada a Napoleão. O Imperador tê-lo-á lido “discretamente”, para si, acabando a leitura com

<sup>23</sup> *Idem*, p. 85. Masson considerou-o um “sentimental feito por Rousseau e só por ele”.

<sup>24</sup> *DM*, 23/1/1934.

“lágrimas nos olhos”. Era a primeira vez - teria ele próprio reconhecido - que uma mulher “mostra[ra] por [ele] tais sentimentos” (*Ibid.* e *O Anel ...*: 95).

Guardado o manuscrito, “ingénuo e ardente preto” (*Ibid.*), na casaca verde dos Caçadores da Guarda que trazia vestida, sob a Legião de Honra, Napoleão teria exclamado que o linho assim viveria até aos seus últimos dias, por ser o “hino à [sua] glória que mais fundo [lhe tocara] no coração” (*O Anel ...*: 96).

Beijou então Isabel, na fronte com ternura. Ela “oscilou” e caiu nos braços de Veitch, junto do qual teve uma forte crise de choro. Foi na sequência disto que Napoleão se dirigiu ao cofre, de onde retirou um cordão de ouro, com um *duplo Napoleão*, ornado de diamantes e safiras, que colocou no pescoço de Isabel<sup>25</sup>.

Terá dado também ao cônsul “moedas do Império e dez luíses”<sup>26</sup>, para serem lançadas na primeira obra que na Madeira fosse consagrada à Providência, por ter sido esta a permitir que ele tivesse conhecido aquela criança. A memória histórica ainda hoje retém o facto de Veitch ter lançado tais moedas nos alicerces da chamada Igreja Britânica, de que foi um dos mentores, arquitecto e financiador.

Chegada a hora do regresso, quando Napoleão fizera votos para que Deus desse a Isabel “um esposo em tudo digno do seu sangue e do seu nobre coração”, a resposta que ouviu foi um imediato: “Nunca!”. Então sim, a donzela, falou num “tom vivo”, pujante, como que a dar solenidade a um juramento, erguendo-se, afogueada, com olhos “febris”, mas “plena de energia”, em tão grande contraste com a sua atitude anterior, tão feminil. Disse um “Adeus, meu Senhor!” e beijou a mão de Napoleão, que assim sentiu como “os seus lábios escaldavam” (*Ibid.*: 98). Na narrativa há uma sexualidade constante.

Depois, com o “descair do vento”, após o encontro, até o “mar serenou”. E assim, a lancha voltou a terra, noite dentro, sem qualquer problema.

### 2.3. O epílogo...

Passados dezanove anos, a 24 de Julho de 1840, uma outra Divisão Naval tocou no porto do Funchal, esta comandada pelo príncipe de Joinville e na qual também seguia o general Bertrand, a caminho de Santa Helena, onde ia buscar o cadáver de Napoleão. Num baile oferecido pelo então cônsul da França no Funchal, José Monteiro Teixeira, poeta, estava uma senhora - que facilmente se percebe que é Isabel (agora com 42 anos) - de “aspecto triste” (da atitude ao traje, cujo corte era discreto e severo, passando pela

---

<sup>25</sup> *DM*, 23/1/1934.

<sup>26</sup> *O Anel (...)*, p. 97. Os *luíses* eram uma moeda francesa de ouro (de 20 francos). Os 10, dados a Veitch, equivaleriam a 200 francos.

expressão da face), “de roxo e preto, cabelos levemente grisalhos, de um moreno velado por certa palidez de raça”, a quem pedem para dizer a Ode a Napoleão<sup>27</sup>.

Ela resiste, mas perante a insistência do auditório, apesar de “violentada”, aceitou. Acabou, como seria de esperar, com “a mais sentida e ruidosa aclamação” (*O Anel...*: 111).

Entretanto, Bertrand, comovido, já percebera quem ela era, confirmando-o depois de ver a medalha que Isabel trazia. Entre as aclamações, o general, de “olhos húmidos”, cumprimentou-a e entregou-lhe uma jóia que trazia (um anel, com um ‘N’ gravado), informando então Isabel de que se tratava do “anel do imperador”, enquanto o metia anelar da mão esquerda. Mais uma vez, foi o choro foi convulso (*O Anel ...*: 113-114).

Poucos terão visto, garante o narrador, o que se passara e ainda menos ouvido as palavras trocadas entre Bertrand e Isabel. Estranharam apenas o choro, comentando-o cada um a seu modo, “ainda que, as senhoras de idade, [o tivessem feito] bem mais maliciosamente” (*Ibid.*: 114). A este respeito, aliás, só então ficou a saber-se que tamanha malícia começara cedo e até circulara célere, logo em 1815, pois a visita à *Northumberland*, não passara despercebida, assim como, “em terra como o Funchal”, a reconhecida “admiração singular” de Isabel pelo Imperador, “sentimento que envolvia claro fundo passional”, algo que na cidade se entendera confirmado não só quando a viram vestir luto após a morte do *cativo*, como também por ela ter repelido sempre toda a proposta de consórcio (*Ibid.*: 115).

Na conversa que manteve com Isabel, Bertrand afirmou que o imperador jamais esquecera a *criança*, então com 17 anos, que à sua passagem pela Madeira lhe prestara, “em carinho e gentileza, o *mais íntimo consolo* de toda a sua vida” - o que naturalmente fez Isabel ser *invadida* por uma “intensa comoção”. Aliás, vale a pena destacar que, nos periódicos, em relação a estas palavras, existe uma pequena nuance: “lhe prestou a *maior consolação* de toda a sua vida”.

Mais: que sabia “de cor” a Ode e que só ele sabia - porque jamais seria escrito ou apontado em qualquer memória - o “*doce amor*” que Isabel despertara. Claro que, perante tudo isto, ela “estremecia, enleada num misto de prazer e pudor”. Por fim, que na véspera da sua morte depositara nas mãos de Bertrand o “histórico anel”, recomendando-lhe que se algum dia voltasse a encontrar Isabel lho entregasse, se “ela ainda se lembrasse dele” e se tal legado “não pudesse perturbar a vida dela”<sup>28</sup>.

A este respeito, mais uma vez, o narrador abre uma nova porta: sempre que se falava do assunto, o padrinho (o coronel Azevedo) reagia com “embaraço” e ao ser interrogado sobre os factos “ainda os tornava mais equívocos”. Assim, as “línguas”, apesar de “veladamente” - porque a “virtude de Isabel merecia respeito” - com aquilo que sabiam

---

<sup>27</sup> DM, 23/1/1934.

<sup>28</sup> *Ibid.*: 117-118. DM, 23/1/1934.

(muito ou pouco) foram “urdindo o resto” e, depois, claro, “voz do povo, voz de Deus...” (*Ibid.*: 116).

Tudo isto fora possível porque Isabel era portuguesa! Era uma mulher diferente, por superior, a todas as outras, verdadeiro suporte ético e moral dos grandes homens. Isabel não representava o universal feminino, mas sim a especificidade do *feminino português*. Só por isso “nunca esquecera Napoleão”. Vivera da sua memória, que mantivera sempre viva e levara, aliás, depois daquele encontro, para o Convento de Santa Clara - onde se confeccionavam os famosos doces - no qual se refugiara e para onde regressaria depois do baile e do diálogo com Bertrand, mas agora com a sua nova “jóia querida”. E foi, assim, na leitura dos livros de orações, dos livros de história - sobretudo história napoleónica - que se finou, em 1844, Sórora Maria, isto é, Isabel S...<sup>29</sup>.

Da Ode, como é evidente, nunca mais se soube - “nem um verso chegou integro até nós” - e quem a ouviu (no baile), não a conseguiu reter. E Isabel nunca mais a voltou a cantar. A conclusão de Reis Gomes é simples: “Talvez se possa afirmar que Napoleão, sinceramente, só foi amado na Madeira...”. Isabel fora a única que alguma vez estivera disposta a sacrificar-se por ele... (*O Anel ...*: 15).

E quanto ao anel? A tradição madeirense afirma que foi para a sepultura com Sórora Maria, mas também não faltou quem afirmasse tê-lo visto, anos depois, num antiquário no Funchalense.

Como então disse Joaquim Leitão, o secretário da Academia, acabada a leitura, “seja como for, o anel de Napoleão já não desaparece, por João Reis Gomes com o seu poder emotivo de novelista o salvou para sempre”. E assim o trabalho de Reis Gomes foi proposto e aprovado, por unanimidade, à publicação nas *Memórias da Academia*<sup>30</sup>.

Foi num crepúsculo de Maio que morreu Napoleão, com os vidros do seu quarto abalados por um “violento temporal”, como o “outro soprado do Saara”, com se deparara no Funchal. Um Napoleão, “delirante e agónico”, que bradou: “o meu exército! A França!” e depois, ao expirar, num leve murmúrio: - “Pobre criança!... é tarde!”. É evidente que o narrador insinua: falaria de um filho? Pensaria em Isabel? Quanto a isto, “ninguém nos poderá dizer” (*O Anel ...*: 103).

### 3. A imagem de Napoleão e a ideia do «chefe» português.

Sabe-se que o *Diário da Madeira*, então dirigido por Reis Gomes, apesar de se afirmar *folha independente* era católico e favorável ao “Estado Novo”, tendo sido, inclusive,

---

<sup>29</sup> *DM*, 23/1/1934.

<sup>30</sup> *DM*, 23/1/1934. Convém esclarecer que, apesar da referida proposta, não encontramos registo do texto ter sido efectivamente publicado na referida colecção.

durante os anos Vinte, veículo da expressão e publicidade de algumas ideias da chamada “Cultura Nova”, de alguns integralistas madeirenses e de vários círculos do nacionalismo português. Ou seja, era um periódico que se oponha ao demo-liberalismo, favorável à Tradição e que desenvolvia uma concepção hierarquizada da sociedade, conduzida por elites, por heróis, por *homens-síntese*, dispostos a dirigir o povo e a reformular a ideia de Nação. Tratava-se, portanto, de um periódico que buscava e tinha uma evidente aproximação à ideia de que a solução para os problemas do país passava pela assumpção natural de um *chefe* carismático (Luís Reis Torgal, 2009<sup>b</sup>: 43).

No fundo, tendo presente aquilo que escrevera a propósito de Napoleão, mas agora tendo em Salazar a pedra angular, “se o Estado fo[ra] cruel, a Nação e[era] generosa” (O *Anel* ...: 104).

Enfim, de outra forma não poderia ser, pois só assim se pode compreender que o *Diário da Madeira* continuasse incólume em 1934 (e sobrevivesse até 1940), depois das Revoltas da Farinha (Fevereiro 1931) e da Madeira (Abril 1931), num ambiente político-social que ainda iria levar à Revolta do Leite (1936), manifestações de protesto com cunhos variados de violência, mas sempre contra o poder central e o sistemas político, económico e financeiro que então se construíam com o “Estado Novo”<sup>31</sup>.

Neste quadro, em 1934, o espírito d’O *Anel do Imperador* também era, portanto, a exaltação do líder/chefe. Aliás, basta-nos ter presente as referências introdutórias feitas por Reis Gomes, salientando aqueles em que se baseara para construir a sua (nova) imagem de Napoleão: Arthur Lévy<sup>32</sup>, Frédéric Masson<sup>33</sup> e o homem da *Action Française*, Jacques Bainville<sup>34</sup>.

Assim, facilmente se percebe qual era o seu fito, para além da *novela histórica*: o elogio da *chefia* e do *chefe*, que naquele contexto já era Salazar. Isto, no entanto, não nos permite afirmar que Reis Gomes era um *intelectual do regime* - ou que já fosse um intelectual do “Estado Novo”<sup>35</sup>. Na verdade, só um estudo mais aprofundado e sistemático sobre o autor e os seus múltiplos textos nos permitirá chegar a uma conclusão fidedigna.

---

<sup>31</sup> O semanário *A Batalha* órgão da organização operária da Madeira tinha sido encerrado em Dezembro de 1932; o *Correio da Madeira*, monárquico, integralista e católico, em Abril daquele ano; *O Povo* só ia resistir até Dezembro de 1934; o *Trabalho e União*, “órgão dos trabalhadores em geral”, tinha sido fechado em Abril de 1933. Continuavam o *Diário da Madeira*, *O Jornal* (futuro *Jornal da Madeira*, após os anos 50), o *Diário de Notícias*, *O Tribuna*, semanário de doutrina nacionalista (publicado entre Fevereiro de 1933 e Dezembro de 1934) e o *Re-Nhau-Nhau*, humorístico (1929-1934).

<sup>32</sup> Arthur Lévy (1847-1931) com *Napoleon Intime*, Paris, Librairie Plon, 1894, p. 554 (teve uma 7ª ed. em 1932).

<sup>33</sup> Frédéric Masson (1847-1923), que se destacou pelos seus diversos trabalhos sobre o período napoleónico, podendo aqui destacar-se *Napoléon et les femmes* (1894), *Napoleon inconnu* (1895), *Joséphine de Beauharnais, 1763-1796* (1898), *Joséphine, impératrice et reine* (1899), *Joséphine répudiée 1809-1814* (1901), *L'Impératrice Marie Louise* (1902), *Napoléon et les femmes* (1894), traduzido para inglês como *Napoleon and the Fair Sex* (1894) e também, por J. M. Howell, sob o título de *Napoleon: lover and husband* (1894), *Napoléon et sa famille* (9 vols., 1897-1907), *Napoléon et son fils* (1904), *Autour de l'Île d'Elbe* (1908).

<sup>34</sup> Jacques Bainville (1879-1936) com *Napoléon*, Paris, Arthème Fayard, 1931 e 1940: 590 (versão portuguesa, *Napoleão*, pref. Henrique Barrilero Ruas, Lisboa, Editorial Aster, 1960: 427).

<sup>35</sup> Para o desenvolvimento conceptual deste assunto, Torgal, 2009<sup>c</sup>.

Neo-romântico, cultivador de um moderado nacionalismo artístico-cultural e histórico-político, com raízes no final do século XIX, cultor do historicismo dramático (Pereira, 2010: 11). Reis Gomes procura responder às necessidades do (res)surgimento nacional e da (re)construção identitária, desenvolvendo um tríptico: chefe, povo, mulher/feminino. A Isabel era também a alma de um povo, disposto a entregar-se a um 'chefe'. Napoleão é (quase) um herói português.

Assim, pela pesquisa (histórica, etnográfica, sociológica, antropológica) ou pela via intuitiva, procura a caracterização da *portugalidade*, mas também - permita-se-nos - da *madeirensidade*, na ressaca de uma década onde esta última temática se colocara de uma forma premente.



## Bibliografia

*Elucidário Madeirense* (1965-1966). 3ª ed., 3 vols. Funchal: JGDAF.

PEREIRA, José Carlos Seabra (2010). *O Tempo Republicano da Literatura Portuguesa*, sep. *Colóquio/Letras*, nº 175, Lisboa: FCG.

PORTO DA CRUZ (Visconde do . . . ., Alfredo de Freitas Branco) (1953). *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, IIIº vol. (3º período, 1910-1953). Funchal: CMF.

RODRIGUES, Paulo Miguel Rodrigues (1999). *A Política e as Questões Militares na Madeira. O Período das Guerras Napoleónicas*. Funchal: CEHA.

TORGAL, Luís Reis, (2009<sup>a</sup>). "Caminhos da Cultura Portuguesa do «Fim do Século». Rumos contraditórios das «novas gerações». *Estados Novos Estado Novo*. vol. 2. Coimbra: IUC, pp. 13-34.

----- (2009<sup>b</sup>). "O Modernismo no contexto da formação do Estado Novo". *Estados Novos Estado Novo*. vol. 2. Coimbra: IUC, pp. 35-70.

----- (2009<sup>c</sup>). "«Intelectuais», «Intelectuais orgânicos» e «funcionários culturais» no Estado Novo". *Estados Novos Estado Novo*. vol. 2. Coimbra: IUC: 71-117.

